



LIMPA GYN

Contrato da limpeza urbana cresce 14% em 2 anos

Correções inflacionárias ampliam em R\$ 66 milhões o custo da coleta de lixo e recicláveis, varrição mecanizada, remoção de entulho e "cata-treco". **Página 9**

ENTREVISTA

MAJOR VITOR HUGO

Vereador PL

“Se o PL decidir lançar uma segunda candidatura ao Senado, eu sou voluntário”

O vereador Major Vitor Hugo afirma estar bem posicionado nas pesquisas de intenção de votos e disposto a compor a chapa majoritária do PL na segunda vaga ao Senado. Ele garante que as pré-candidaturas de Wilder Moraes ao governo e de Gustavo Gayer ao Senado estão consolidadas e nega divisão interna envolvendo a família Bolsonaro. **Páginas 4, 5**



Divulgação

ESCOLA

Seduc fortalece tutores para acelerar recomposição da aprendizagem



Encontro com gestores define metas para reduzir desigualdades na rede estadual. **Página 12**

SEDEC-GO

TAXA DO AGRO

Suspensão da cobrança deve ser votada esta semana



O relator foi favorável ao projeto, mas votação foi suspensa após pedido de vista coletivo. **Página 7**

Carlos Costa

ELEIÇÃO

Iristas históricos condenam saída de Ana Paula Rezende do MDB

Aliados do ex-governador Iris Rezende afirmam que decisão rompe com legado político e classificam movimento como erro estratégico. **Página 8**



Divulgação

CANNABIS

Anvisa regulamenta cultivo e produção medicinal no Brasil

Medida permite que farmácias de manipulação comercializem formulações à base de canabidiol e a importação da planta ou de extratos. **Página 6**

TRIBUNA POLÍTICA

Mudança de rota

Zacharias e Vanderlan não se mostraram entusiasmados com a possibilidade de integrem um chapão de candidatos a senadores.

Página 3

HERIVELTO NUNES

Com futebol fraco, Goiás e Atlético avançam na Copa do Brasil

Goiás venceu o Gama nos pênaltis e avançou para a terceira fase do campeonato: Atlético sofreu para se classificar contra o Primavera-MT.

Página 11

EDITORIAL

Dia da Mulher e feminicídio

Às vésperas do Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, o Brasil é confrontado por uma estatística que envergonha e desafia: 1.518 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2025, o maior número desde a criação da Lei do Feminicídio. Uma década após a norma reconhecer o assassinato de mulheres por razão de gênero como crime específico, o país assiste à escalada da violência que ela pretendia coibir.

Os dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública revelam que o problema não é episódico, mas estrutural. A cada dia, vidas são interrompidas em contextos de violência doméstica e discriminação. Não se trata apenas de falhas individuais, mas de omissões coletivas. Faltam recursos, articulação e prioridade política para que a rede de proteção funcione de forma eficaz.

Por outro lado, o Conselho Nacional de Justiça aponta aumento de 17% nos julgamentos de feminicídio em 2025, com média de 42 casos por dia. O avanço na concessão de medidas protetivas e a redução do tempo de resposta judicial indicam que o sistema de Justiça reage. Mas julgar mais não pode significar apenas administrar tragédias já consumadas.

O 8 de Março não pode se resumir a homenagens simbólicas ou discursos protocolares. É preciso reconhecer que o feminicídio é a expressão extrema de uma cultura que naturaliza agressões, silencia denúncias e subestima políticas públicas voltadas às mulheres. Enquanto a prevenção não for tratada como prioridade orçamentária e institucional, continuaremos contando vítimas e celebrando estatísticas de eficiência judicial que chegam tarde demais.

Mais do que flores, o país deve às mulheres compromisso concreto com a vida.

ARTIGO

Quando você não para, o universo te obriga a parar

No mundo dos negócios, a sensação é de que quanto mais ocupado, mais produtivo ou bem-sucedido se é. Com isso, muitos líderes se veem com agendas lotadas de reuniões, tendo que tomar decisões constantemente e com metas que tiram o sono à noite. É como se desacelerar significasse perder espaço. Muitos só entendem que o corpo e a mente cobram a conta quando já passaram do limite, e por aqui não foi diferente. Sempre levei uma vida considerada saudável, ainda assim, em 2024, recebi o diagnóstico de depressão associada ao burnout.

Para muitos, isso não faria sentido, já que o negócio que toco há 17 anos ao lado de meu marido tinha tido o melhor ano da história, com faturamento recorde, projetos relevantes e viagens profissionais.

É um equívoco comum pensar que a depressão nasce apenas de grandes traumas ou fracassos. Na prática, entendi que o sucesso também traz seus desafios, e quando se faz o que se ama, é muito provável que se trabalhe além do que seria o ideal, o que faz com que a vida se transforme em uma sequência interminável de responsa-

bilidades, sem pausas reais para recuperação emocional.

Empresários e líderes costumam ser especialistas em cuidar do negócio, da equipe, dos clientes e da estratégia, mas frequentemente negligenciam a própria gestão interna. O burnout não aparece de um dia para o outro, ele se constrói na rotina, quando acumulamos funções, exigimos sempre mais de nós mesmos, não delegamos e não desligamos do trabalho.

Com o diagnóstico, entendemos que continuar no mesmo ritmo não era mais sustentável. Foi então que reorganizamos nossa vida e nosso trabalho para criar espaço para recuperação, afinal, planejamento pessoal e profissional precisam caminhar juntos. Caso contrário, o sucesso externo pode custar caro demais internamente.

Hoje, simplificamos a vida, priorizamos qualidade sobre excesso e estruturamos nosso trabalho para um modelo mais inteligente, utilizando a tecnologia para alcançar cada vez mais pessoas e manter mais liberdade na agenda através do atendimento on-line. Lançamos um novo programa de mentoria que propõe uma

liderança consciente a partir do autoconhecimento e continuamos ajudando líderes a crescer sua carreira com estratégia, mas sem ignorar o fator humano que sustenta qualquer resultado.

Nenhum negócio vale o colapso de quem o lidera. Não espere um diagnóstico para revisar sua vida, porque quando você não para por consciência, o corpo, a mente ou as circunstâncias acabam impondo essa parada, e quase sempre de forma mais dolorosa do que seria necessário. O verdadeiro sucesso não está apenas em crescer, e sim em conseguir sustentar esse crescimento sem perder a própria saúde e o sentido da jornada. No fim das contas, liderar bem começa por liderar a si mesmo.



Fabiana Koch, palestrante e mentora de carreiras e de líderes.

ARTIGO

O quanto as expectativas impactam a aprendizagem?

O ano escolar está iniciando na maioria das escolas gaúchas. Com este novo ciclo que (re)começa, vale destacar: as expectativas importam, e muito! Quando educadores, famílias ou os próprios estudantes acreditam na capacidade de sucesso e estabelecem metas desafiadoras, o engajamento aumenta e o desempenho tende a superar expectativas.

Este fenômeno, validado por várias pesquisas de educação e da psicologia, é chamado de Efeito Pigmalião. E pode tanto ter o impacto positivo, como negativo nas aprendizagens. De forma resumida, quando as pessoas esperam que o estudante possua um

bom desempenho, ele tende a se superar. Quando esta mesma expectativa é de poucas aprendizagens, há tendência para uma desmotivação, pouco envolvimento nas propostas escolares e, conseqüentemente, menor desempenho.

Só as expectativas bastam? Com certeza, não! Primeiro, é preciso dialogar sobre preferências, conhecer cada sujeito, para entender se faz sentido, ou não. Isso vale para todos os estudantes, independente de possuir alguma particularidade neurológica ou não. Alguém com forte gosto pela literatura, pode, por exemplo, não ter tanto interesse em matemática. Não se trata de gabaritar tudo, em todas as áreas do

conhecimento. Mas, de ir bem, aprender, se desafiar e poder se destacar em algumas áreas ou projetos. Isso auxilia o estudante a ir descobrindo seu projeto de vida, além de aumentar sua autoestima.

Um cuidado muito importante é que aumentar a expectativa não significa exigir o perfeccionismo. Saber lidar com o erro é uma parte importante deste percurso. Outro aspecto que vale ainda destacar é a necessidade do diálogo. Primeiro, da família com o estudante; e dos educadores com o estudante. Para que estas expectativas fiquem claras, de uma forma que a pessoa seja desafiada, mas não sufocada. E que, além de envolver o estu-

dante, os adultos possam conversar entre si: família e escola também precisam dialogar sobre como acompanhar este desenvolvimento, se a metodologia e os recursos da escola podem ajudar nas metas, entre outros pontos.

E, por fim, que todos possam celebrar as pequenas conquistas: o caderno organizado, destaques nas avaliações e olimpíadas do conhecimento e a postura respeitosa e agregadora, por exemplo.

O Efeito Pigmalião me faz recordar aquele provérbio africano que diz que é preciso toda uma aldeia para educar alguém. Em conjunto, educadores, famílias, estudantes e sociedade, podemos, a cada

dia, dar passos para que cada sujeito possa se desenvolver melhor; e assim cada turma, cada escola, cada cidade... não há grandes transformações que não passem pelas pessoas individualmente, e, em especial, que não sejam (res)significadas na escola.



Fernando Degrandis - Diretor dos Colégios Marista Assunção e Marista Ivone Vettorello



Andreia Bahia
abahiagyn@gmail.com

Tribuna
Política

Mudança de rota

Fotos: Senador Federal



Acenos ao agro

O agronegócio é um dos principais pilares do bolsonarismo, e a pré-candidatura do senador Wilder Moraes (PL) ao governo, com apoio de Jair Bolsonaro, ameaça ao menos dividir o eleitorado do agro entre PL e MDB. Ao antecipar o fim da cobrança da taxa do Fundeinfra, Ronaldo Caiado tenta se reaproximar do setor, que nunca assimilou bem a chamada taxa do agro. Vale lembrar que o próprio Caiado tem trajetória política ligada ao agronegócio, sendo por anos um de seus principais porta-vozes.

Anistia

Caiado também encaminhou à Assembleia Legislativa projeto que anistia multas aplicadas a mais de 10 mil produtores rurais por transporte de gado acompanhado apenas da Guia de Trânsito Animal (GTA) ou do Termo de Trânsito Animal (TTA), sem a documentação fiscal exigida à época. As autuações somavam cerca de R\$ 1 bilhão. O governador ressaltou que a anistia é uma demanda antiga do setor. Não por acaso, saiu agora.

Taxa do Agro 1

O deputado estadual Gustavo Sebba (PSDB) apresentou emenda ao projeto que extingue a taxa do Fundeinfra prevendo a devolução de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões que estariam em caixa aos produtores, de forma proporcional ao valor recolhido. Sebba argumenta que, diante do baixo número de obras entregues, a melhor alternativa é restituir os recursos ao setor.

Taxa do Agro 2

O presidente da Alego, Bruno Peixoto, defende celeridade na tramitação do projeto que extingue a taxa do agro. A votação deve ocorrer até a próxima quarta-feira (4/3). Após o anúncio do fim da cobrança, Bruno afirmou que a taxa reduz a margem de lucro e compromete a capacidade de reinvestimento do produtor rural.

O nome do PT

O PT promete anunciar, mais uma vez, nos próximos dias o nome do pré-candidato ao governo de Goiás. Algumas variáveis já estariam descartadas. A orientação é priorizar alianças no campo da esquerda, como afirmou o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, em visita a Goiás. Boulos negou qualquer articulação eleitoral do presidente Lula em Goiás que envolva o ex-governador Marconi Perillo (PSDB).

A saída do PL da aliança caiadista, confirmada pelo próprio Flávio Bolsonaro (PL) ao governador Ronaldo Caiado (PSD) na quarta-feira, 25, levou o grupo governista a se movimentar para garantir apoios à candidatura de Daniel Vilela (MDB), especialmente em segmentos bolsonaristas.

O primeiro reflexo foi na disputa ao Senado, que até então contava com duas candidaturas no grupo. Agora, já se discute a inclusão de novos projetos, como o do deputado federal Zacharias Calil, de saída do União Brasil, e do senador Vanderlan Cardoso (PSD), além de outros interessados. Zacharias e

Vanderlan não se mostraram entusiasmados com a solução.

A escolha do vice também ganha peso estratégico. Até então, o nome que melhor atendia aos critérios de Caiado era o de Adriano Rocha Lima, perfil técnico, sem pretensões eleitorais e que, em tese, não disputaria o governo em 2032, deixando o caminho livre para a articulação do atual governador.

Com a saída do PL, no entanto, cresce a cotação de José Mário Schreiner, pela forte ligação com o agronegócio, base relevante do bolsonarismo. Luiz Carlos do Carmo, representante do segmento evangélico, outro pilar bolsonarista, também amplia espaço na disputa.

Escudo feminino

O vereador Major Vitor Hugo (PL) fez apelo público ao prefeito Sandro Mabel (MDB) para que não vete o projeto conhecido como "escudo feminino", aprovado pela Câmara de Goiânia. A proposta cria um pacote de medidas de proteção às mulheres vítimas de violência, incluindo assistência psicológica, orientação jurídica, cursos de defesa pessoal e treinamento em segurança. O texto também menciona a possibilidade de aquisição de arma de fogo de uso permitido. A bancada do PL tem criticado os 136 vetos aplicados pelo prefeito a projetos aprovados pelo Legislativo.

Fim da reeleição

Depois de Gilberto Kassab (PSD), agora é Flávio Bolsonaro (PL) quem levanta a bandeira do fim da reeleição. O senador iniciou a coleta de assinaturas para protocolar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a reeleição para presidente da República. Até o momento, ele reuniu 14 das 27 assinaturas necessárias para apresentar a proposta no Senado.

Promessa

Vale lembrar que, em 2018, ainda candidato pelo PSL, Jair Bolsonaro defendeu o fim da reeleição. À época, afirmou que, se eleito, proporia reforma política com o término do instituto da reeleição e redução do número de parlamentares. Eleito presidente, o tema deixou de ser tratado.

Tem dono

O senador Jorge Kajuru (PSB) usou as redes sociais para lembrar a Flávio Bolsonaro que a PEC 12/2022, de sua autoria, propõe o fim da reeleição para presidente, governadores e prefeitos, com mandato único de cinco anos, e já foi aprovada na CCJ em maio de 2025. "Desculpe, Flávio Bolsonaro, mas a PEC é minha e já foi aprovada em maio do ano passado", publicou o senador goiano.



José Mário/credito FPA

José Mário Schreiner já afirmou que só vai participar da eleição se for candidato a vice-governador. Não se sabe se apenas a chapa de Daniel Vilela lhe serve.



Goiás

supera a média nacional e registra renda domiciliar per capita de R\$ 2.407 em 2025, segundo o IBGE.



No Brasil,

o rendimento domiciliar per capita ficou em R\$ 2.316 em 2025, avanço em relação aos R\$ 2.069 registrados em 2024.



Estado

está entre as nove unidades da federação, além do Distrito Federal, com renda acima da média nacional, à frente de Minas Gerais e Mato Grosso.

MAJOR VITOR HUGO - VEREADOR PL

“Se o PL decidir lançar uma segunda candidatura ao Senado, eu sou voluntário”

Andréia Bahia

Em entrevista à Tribuna do Planalto, o vereador Major Vitor Hugo (PL) afirma estar bem posicionado nas pesquisas de intenção de votos - levantamento de dezembro mostra que o vereador estava a apenas dois pontos do deputado Gustavo Gayer - e disposto a compor a chapa majoritária do PL na segunda vaga ao Senado. Ele garante que as pré-candidaturas de Wilder Moraes ao governo e de Gustavo Gayer ao Senado estão consolidadas e nega divisão interna envolvendo a família Bolsonaro. O parlamentar confirma a existência de um acordo que prevê influência de Jair Bolsonaro nas escolhas ao Senado e de Valdemar Costa Neto nas disputas aos governos estaduais, mas acredita que as articulações caminham para convergência. Na Câmara de Goiânia, Vitor Hugo adota tom crítico ao prefeito Sandro Mabel. Ele diz que a relação entre Paço e Legislativo “pode melhorar muito”, cita o veto integral a um projeto de sua autoria sobre carga e descarga na capital e aponta excesso de vetos do Executivo. Apesar de reconhecer que Mabel é mais presente que o antecessor, afirma que o prefeito precisa aprimorar o diálogo com vereadores e com a população.

TRIBUNA DO PLANALTO

Na reunião do PL do dia 20, o senhor defendeu a união do partido em torno da candidatura de Wilder Moraes. Considerando a posição dos deputados Gustavo Gayer, Magda Mofatto e Daniel Agrobom, que insistem no apoio a Daniel Vilela (MDB), essa união é possível? Magda falou em deixar o PL e participou de evento do governo após o anúncio de candidatura própria do PL.

MAJOR VITOR HUGO

Na política é natural que cada um tenha o seu posicionamento, defenda a sua linha de ação até o ponto, na minha opinião, da decisão tomada, como a Nacional sinalizou com a presença física do Valdemar Costa Neto e com a participação remota do Eduardo Bolsonaro. Agora cada um que é do PL, que já foi do PL, que pretendia voltar pro PL ou não, vai tomar sua decisão, raciocinando no que quer, no que acha melhor para Goiás e logicamente no que acha melhor para sua própria manutenção na política. Nós estamos nessa fase. Daqui a pouco vai começar a janela partidária, e os parlamentares, quem está no mandato federal e estadual, vão poder migrar de partido para concorrer. Todos estão fazendo essa avaliação. Eu penso que é possível, que é necessário que o PL se una em Goiás e isso

também aconteça em todos os estados, porque a nossa maior briga é contra o PT, é contra a esquerda. Nosso maior objetivo é retomar democraticamente a Presidência da República e conquistar a maior parte das cadeiras do Senado e da Câmara, e para isso a gente precisa estar unida nos embates regionais com seus reflexos a nível nacional. Eu fiz um discurso de união porque realmente é o que nós precisamos. E eu torço e espero que todos os atores envolvidos venham a aderir no seu tempo, à sua maneira, ao projeto do Wilder e que o nosso projeto contribua para o projeto maior da Presidência da República, que é a pré-candidatura do Flávio Bolsonaro.

Qual a mensagem que Gustavo Gayer quis passar com o vídeo de Flávio Bolsonaro apoiando sua pré-candidatura ao Senado? Flávio disse que Gayer não caiu de paraquedas. A mensagem foi para quem?

Eu não acho que tenha sido um recado para alguém aqui em Goiás. Acho que foi uma mensagem clara para todo mundo de que o Gustavo é pré-candidato ao Senado. O Gustavo conta com o apoio firme e grande da família Bolsonaro, do próprio presidente, dos filhos e da Michele Bolsonaro, e tem uma rede de conexão muito grande entre os deputados atuais, inclusive com os mais atuantes,

como Nikolas Ferreira e tantos outros. Acho que foi a reafirmação da pré-candidatura que o próprio Gustavo já vinha falando há algum tempo. Ele está muito bem pontuado nas pesquisas e a fala do Flávio consolida a pré-candidatura do Gustavo ao Senado.

Eduardo Bolsonaro apoiou a indicação de Wilder ao governo e Flávio Bolsonaro a pretensão de Gayer ao Senado. Há uma divisão da família Bolsonaro em relação ao PL em Goiás?

Acho que os momentos pré-tomada de decisão são momentos tensos, são momentos em que as pessoas expressam suas vontades, seus pontos de vista, suas avaliações de cenário e muitas vezes isso conflita. E é normal; isso acontece no grupo de amigos, na relação entre pais e filhos. Imagina num partido político da dimensão que o PL tomou, com tantos deputados federais, senadores, com a possibilidade real e concreta de voltar à Presidência da República. É natural e não vejo nenhum tipo de divisão, até porque não houve, por exemplo, nenhuma fala pública contrária à candidatura do Wilder por parte da família do ex-presidente Bolsonaro. E houve uma manifestação pública, sim, do Eduardo, inclusive citando o Flávio. As acomodações vão acontecer de agora em diante. E a minha avaliação é que tanto a pré-candidatura do Wilder, quanto a pré-candidatura do Gustavo Gayer, ao governo e ao Senado, estão consolidadas.

Valdemar Costa Neto fala de um acordo pelo qual ele

“ Eu tive notícias desse acordo, Valdemar falou várias vezes sobre ele, o próprio Bolsonaro falava que ele iria tomar conta dos candidatos ao Senado. ”

indicaria os candidatos a governador e Jair Bolsonaro ao senado. O PL e o senhor têm conhecimento desse acordo?

Eu tive notícias desse acordo, o presidente Valdemar falou várias vezes sobre ele, o próprio Bolsonaro lá atrás, no ano passado, quando a gente se encontrava, falava também desse acordo, que ele iria tomar conta de maneira mais direta e decisiva dos candidatos ao Senado, porque é a casa legislativa que tem condições de reequilibrar os poderes no Brasil, e que as candidaturas aos governos seriam decididas pelo Valdemar. Esse acordo efetivamente existe. É lógico que não é tão cartesiano, tão matemático assim, porque muitas vezes a candidatura ao governo pode acabar influenciando as candidaturas ao Senado e vice-versa. O sistema trabalhou muito para prejudicar situações como essa, em que há uma

influência mútua e que haveria necessidade de uma conversa entre o presidente nacional do partido, que tem em suas mãos a condução administrativa do partido, e o ex-presidente Bolsonaro, que é quem tem o grande prestígio político, a liderança política efetiva. Quando o sistema proíbe os dois de interagirem, quando há esse conflito, esse espaço onde haveria uma discussão, simplesmente fica impedido. Alguma turbulência nesse meio do caminho pode acontecer, mas eu tenho certeza que as coisas vão se acomodando com o passar do tempo. É o que eu tenho visto aqui em Goiás, a pré-candidatura do Wilder foi lançada, com a presença de Valdemar e o Eduardo falando, a escolha da vice (Ana Paula Rezende), e agora veio também a confirmação da candidatura do Gayer, que é um ator muito importante para o Estado e para o país e todo mundo tinha certeza absoluta que não haveria nenhum tipo de desmerecimento, desprestígio, em relação à liderança dele, a figura dele, no nível estadual e em relação à família Bolsonaro quanto a ele. Esses dois movimentos não se contrapõem, eles caminham para essa união. Da mesma forma que Flávio hipotecou o apoio à candidatura do Gayer, ele não negou, não barrou, não negou, não fez nenhuma fala contrária à candidatura do Wilder. As coisas estão sendo construídas com muito cuidado, passo a passo, momento a momento, e tenho certeza que ali na frente, muito rapidamente todos vamos estar juntos no mesmo palanque combatendo a esquerda e o PT.



Nas eleições passadas, muitos candidatos foram eleitos a partir da influência de Jair Bolsonaro. O senhor acha que, preso, ele terá a mesma influência nessa eleição, considerando que ele não vai estar no palanque?

Esse também é o objetivo do sistema, tentar diminuir a direita brasileira ao retirar o próprio Bolsonaro da urna e ao dificultar o acesso das lideranças da direita do país a ele. Visitas muito restritas, impossibilidade dele de utilização de rede social e de manifestação de fala direta com a população brasileira. Isso logicamente vai prejudicar a direita. Mas o ex-presidente Bolsonaro mantém uma influência muito grande. Ele indicou Flávio, que inicialmente não estava tanto no radar da imprensa ou da sociedade brasileira no geral, porque havia uma tendência, ou pelo menos algumas sinalizações de que o escolhido poderia ser o Tarcísio de Freitas, mas o ex-presidente decidiu pelo Flávio, e hoje o Flávio já aparece em várias pesquisas à frente do Lula, inclusive no primeiro turno e no segundo turno. Isso demonstra o prestígio que Bolsonaro tem ainda dentro da cadeia, sem aparecer, sem um vídeo dele, sem uma fala dele explícita. Inicialmente só a ciência da indicação e depois uma carta assinada por ele fez com que o Flávio já despontasse nas pesquisas. Isso mostra o prestígio e o apreço que grande parte da população brasileira ainda tem pelo ex-presidente Bolsonaro. O sistema está tentando impedir, mas ele continua sendo um ator muito importante, o principal cabo eleitoral do Flávio e de qualquer candidato da direita hoje no país.

Os filhos e Michelle Bolsonaro vão conseguir levar o bolsonarismo à frente, apesar das constantes divergências?

Essas divergências fazem parte do jogo político e também da construção de um partido que é democrático. As pessoas não precisam concordar 100% o tempo inteiro. Eu tenho certeza que eles vão levar a frente e como a família agora tem acesso livre ao ex-presidente, não precisam pedir autorização, podem ir a qualquer tempo, a qualquer momento, isso facilitou muito a orientação do Bolsonaro a eles. Tenho certeza que eles vão conseguir liderar, conduzir o movimento de maneira que essa chama não esfrie, não se apague.

O senhor mantém algum tipo de contato com Jair Bolsonaro, seja por meio de pessoas que o visitam? Pensa em visitá-lo?

Eu fiz a solicitação já há algum tempo para poder visitá-lo, mas infelizmente ainda não obtive resposta. E estou aguardando a resposta por parte do

Alexandre Moraes para poder ir lá fazer a visita.

Nessa configuração da chapa do PL para a eleição pode haver espaço para uma candidatura do senhor ao Senado?

Hoje eu sou pré-candidato a deputado federal. Mas se o PL decidir lançar uma segunda candidatura ao Senado em Goiás, eu sou voluntário para estar nessa discussão. Essa é uma decisão que certamente vai passar pelo Wilder, pelo Flávio também e lógico pelo Gayer, que é o primeiro pré-candidato já consolidado. Se houver a possibilidade de lançar um segundo candidato, o meu nome está à disposição e eu estou pontuando bem nas pesquisas.

“Eu sinto que ele (Sandro Mabel) tem uma relação meio caricata com o vereador: “Não, eu gosto de vereador, sei como vereador pensa, porque eu fui deputado federal por muito tempo e tal”

O partido já articula alguma aliança? O Novo deve ser um aliado?

Eu tenho certeza que o Wilder está nessa costura para trazer mais partidos. O Novo tem sinalizado para o PL, tanto que Leonardo Rizzo estava no lançamento (da candidatura de Wilder ao governo), ele é uma das lideranças expoentes do Novo no estado. Isso já é um sinal de que existe pelo menos disposição para conversa e para aproximação. E para nós seria muito bom se o Novo pudesse estar no palanque do nosso pré-candidato ao governo.

Na eleição para prefeito, o PL não conseguiu superar o candidato do governo, que reunia um grande número de partidos na aliança. Com chapa puro sangue o PL não pode repetir o desempenho de 2024?

Os momentos políticos são diferentes, agora é um novo momento e existe uma candidatura presidencial liderada pelo Flávio, com grande apoio popular; o estado de Goiás é um estado muito à direita, conservador, um estado bolsonarista; e as chances de crescimento do Wilder, da nossa



chapa, é gigante, é vertiginosa. Quanto mais agora com a chegada da Ana Paula, que traz um espectro mais ao centro que talvez nós não alcançássemos sem ela. Wilder já era, e com esse movimento se tornou ainda mais competitivo.

O partido já tem definidos os candidatos a deputado federal e estadual? Como está a formação das chapas proporcionais?

Tem o Fred Rodrigues para federal, além de mim, e toda uma chapa que está sendo montada. Havia a possibilidade da Magda Mofatto estar também, do Ismael Alexandrino também vir, do Daniel Agrobom ficar, mas não se sabe qual vai ser a decisão que eles vão tomar agora na janela partidária. Tem vários outros nomes, mas quem está controlando no detalhe é o Wilder. Para estadual, temos os deputados Major Araújo e Eduardo Prado, como os dois grandes nomes, e vários outros, Marcos Patrick, de Jataí, tem o Diogo, o Reginaldo, de Inhumas, e tem vários nomes de pré-candidatos a estadual que vão tomar a decisão se vão concorrer pelo PL durante a janela partidária. Mas o detalhamento da chapa está com a equipe do Wilder.

Como o senhor avalia a relação do prefeito Sandro Mabel com o Legislativo goianiense?

Eu acho que pode melhorar muito. Minha relação com o Paço Municipal não tem a ver com cargos e com emendas. Eu não indiquei ninguém, não quero indicar ninguém, a minha política é diferente. Mas a minha contrapartida para não ter esse tipo de pressão sobre ele é que os meus projetos sejam considerados com atenção. Eu procuro construir projetos importantes para a cidade, como por exemplo, um projeto de lei sobre as operações de cargas e descargas que foi aprovado pela Câmara. Nós tivemos grande discussão com o setor produtivo goiano, goianiense e também com várias secretarias municipais. E Mabel vetou o projeto integralmente. Esse tipo de atitude nos afasta. O PL hoje é independente em relação ao Paço, somos quatro

vereadores, uns têm uma proximidade maior com ele, outros mais distantes e eu estou tendendo a me distanciar. Quando há um veto como esse, a um projeto de um vereador como eu, que foi o mais votado da capital, e que não tem nenhuma relação fisiológica com ele, isso pra mim demonstra falta de consideração. Um projeto que não traz ônus nenhum para cidade, pelo contrário, ajuda a planejar e a destravar o trânsito, o fluxo de bens, serviços, mercadorias, carros, veículos e caminhões. Era uma ferramenta para o prefeito atacar uma das principais reclamações do goianiense, que é a perda de tempo no trânsito, e ele vetou. Isso nos afasta muito.

Falta ao prefeito a sensibilidade política para lidar com a Câmara? Ele é muito gestor para o cargo?

O que eu tenho visto, ao longo do tempo, são alguns vereadores que eram da base e que estão saindo. O próprio líder do governo, no início (Igor Franco-MDB), tornou-se um dos maiores opositores, a ponto de pedir o impeachment dele. Ele precisa realmente ter uma relação mais respeitosa. Eu sinto que ele tem uma relação meio caricata com o vereador: “Não, eu gosto de vereador, sei como vereador pensa, porque eu fui deputado federal por muito tempo e tal”. E fica numa relação meio infantil, às

vezes. Eu não quero ter nenhum tipo de relação com ele que não seja a relação política de apresentar projetos, e, sendo aprovados aqui, discutir com ele antes e durante a tramitação, aceitar modificações e emendas. Mas depois de aprovado, ele sancionar e aplicarmos juntos. Já é uma grande dificuldade, a capacidade legislativa dos municípios é muito pequena. E quando a gente consegue furar esse bloqueio, que é um bloqueio quase que institucional, apresentar e aprovar um projeto de lei bom para a cidade; aí ele vai lá e veta. Isso turba qualquer possibilidade de aproximação. Teve até um levantamento do jornal O Popular, falando que há mais de 100 vetos a serem apreciados. Imagina o quanto isso não pode turbar a relação ainda mais do Paço Municipal com a Câmara.

Como avalia a gestão do prefeito Sandro Mabel?

Ele é um prefeito muito mais presente e atuante do que o prefeito anterior; em relação à presença, interesse, estudo profundo dos problemas - isso para mim está muito claro - ele supera e muito Rogério Cruz nesse aspecto. Agora, ele precisa melhorar a relação com a Câmara, e acho que precisa melhorar também a relação com a população, a relação mais direta com a população e se posicionando como um servidor, não como um patrão. Às vezes ele tem uma postura de conflito com a população. Os vídeos que ele publicou, chamando a atenção do cidadão ou do eleitor na rua. Acho que ele devia aprender um pouco com o Márcio Corrêa, de Anápolis, que tem feito um trabalho muito bom lá e tem se colocado como uma pessoa que trabalha com a população, que trabalha para proteger o cidadão anapolino; e não para colocar em cheque, para cobrar, para se colocar como mais um um fiscalzão. Esse não é o papel dele; ele foi eleito para cuidar da cidade, para cuidar dos goianienses. Isso deveria ficar mais evidente nas suas atuações, a preocupação com a população. Eu lembro de uma vinda dele à Câmara de Vereadores e uma mãe expressou uma preocupação em relação à mudança de lugar de um CMEI, porque ia ficar afastado da vizinhança onde ela mora. Eu achei a resposta dele muito insensível. É uma preocupação e um pleito que é legítimo. Quem não quer que seu filho estude ou permaneça a maior parte do dia próximo da sua casa ou do seu trabalho? E é legítimo que a mãe levante e pergunte isso. E ele foi muito indelicado, muito grosso até na resposta à mãe. Essa relação com a população e a relação com a Câmara precisa melhorar muito.



SAÚDE

Anvisa regulamenta cultivo e produção de cannabis medicinal no Brasil

Norma histórica amplia acesso a tratamentos, fortalece a pesquisa científica e impõe regras rígidas, avalia advogado

Carla Borges

A decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), de 28 de janeiro deste ano, marca um divisor de águas na política de saúde pública brasileira. Ao regulamentar desde o plantio da semente até a produção e comercialização de produtos à base de cannabis para fins medicinais, o órgão estabelece um marco regulatório aguardado há anos por pacientes, profissionais da saúde, pesquisadores e integrantes de entidades que assistem essas pessoas.

A nova norma autoriza o cultivo da planta por pessoas jurídicas, exclusivamente para a fabricação de medicamentos e produtos previamente aprovados, além de permitir que farmácias de manipulação comercializem formulações à base de canabidiol. A importação da planta ou de extratos também está prevista. No



Wesley César, advogado: “Falamos de uso medicinal da cannabis, que passa, necessariamente, por um médico”

entanto, o texto impõe limites rigorosos, como a concentração máxima de 0,3% de THC para produtos destinados ao mercado, bem como exigências severas de rastreabilidade, monitoramento 24 horas e controle de produção.

A regulamentação foi editada após determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que fixou prazo para que a agência disciplinasse o tema. Antes mesmo do limite final, a Anvisa promoveu consultas públicas e ouviu centenas de especialistas, estruturando a norma em três eixos: associações de pacientes, pesquisa científica e atividade empresarial.

Para o advogado Wesley César Gomes Costa, especialista em direito público e direito

canábico, trata-se de um avanço histórico. Ele avalia que o Brasil passa a contar com regras claras, o que reduz a insegurança jurídica que marcava o setor. “Agora temos critérios definidos para quem pode plantar, como pode produzir e de que forma comercializar”, destaca.

No campo empresarial, o cultivo será permitido apenas a pessoas jurídicas previamente autorizadas e a produção deverá ser destinada exclusivamente à indústria farmacêutica. Qualquer irregularidade poderá resultar na destruição da plantação e dos produtos obtidos. Não se trata, portanto, de uma liberação ampla.

A pesquisa científica é apontada como uma das

áreas mais beneficiadas. Instituições poderão cultivar cannabis inclusive com teor de THC superior ao permitido para fins comerciais, ampliando possibilidades de estudos clínicos e desenvolvimento tecnológico. Ainda assim, os produtos derivados não poderão ser comercializados nem distribuídos a pacientes — deverão permanecer restritos ao ambiente laboratorial.

Já as associações de pacientes poderão plantar e manipular produtos, mas exclusivamente para seus associados e dentro de critérios que incluem chamamento público e fiscalização rigorosa. A medida tende a funcionar inicialmente como projeto piloto.

Wesley César ressalta que a

regulamentação não autoriza o cultivo doméstico indiscriminado nem o uso recreativo da planta. O acesso aos produtos continua condicionado à prescrição médica e ao controle sanitário. A distinção entre uso medicinal e recreativo permanece central na política adotada.

“Nós não estamos falando de uso recreativo da cannabis, mas de uso medicinal, que passa, necessariamente, por um médico. A prescrição é com receita controlada”, alerta o advogado. “Não quero dizer que alguém possa sair plantando, a não ser que tenha uma liberação que seja indicação médica e que tenha um acompanhamento jurídico”, esclarece.

Na prática, a norma inaugura uma nova etapa para a saúde brasileira. Pacientes com doenças crônicas, sequelas de AVC, epilepsias refratárias e outras condições poderão contar com maior previsibilidade no acesso aos tratamentos. Ao mesmo tempo, o país cria bases para desenvolver tecnologia e pesquisa próprias, reduzindo a dependência de importações.

O desafio agora será implementar o modelo com eficiência e fiscalização adequada. Se bem executada, a regulamentação poderá consolidar o Brasil como referência regional em cannabis medicinal — equilibrando acesso, ciência e controle sanitário.

Aumenta a aderência à terapia com cannabis no Brasil

Agência Focruz de Notícias

Apesar dos obstáculos para obtenção dos remédios à base de cannabis, o Brasil soma 873 mil pessoas em tratamento, segundo o anuário da Kaya Mind, de 2025. O número é recorde e aparece após uma curva ascendente, ano após ano.

No total, há 315 associações provedoras de cannabis medicinal, das quais 47 conquistaram avanços judiciais para cultivo. Ao todo, foram identificadas pela Kaya Mind 27 hectares de plantio mantido por essas organizações.

O faturamento anual também é uma demonstração da maior aceitação desse tipo de substância. Em 2025, houve uma alta de 8,4% na comparação com 2024, chegando a R\$ 971 milhões. Por seu

potencial de mercado, o Brasil sedia a ExpoCannabis, que, ano passado, realizou sua terceira edição.

A proporção é de cerca de 2,7 médicos que prescrevem medicamentos canábicos para cada 10 mil pacientes, com uma média que fica entre 5,9 mil e 15.100 profissionais da saúde recebendo mensalmente. Se, entre médicos, tem havido popularização, dentistas têm tido mais resistência. Apenas 0,2% deles os indicam aos pacientes que atendem.

Desde 2015, ao menos R\$ 377,7 milhões foram gastos com fornecimento público de produtos à base de cannabis e somente cinco estados ainda não têm leis de fornecimento público de cannabis medicinal. Além disso, oito



Anvisa regulamenta cultivo e produção de cannabis medicinal no Brasil

em cada dez (85%) dos municípios brasileiros já tiveram ao menos um paciente tratado com cannabis desde 2019.

O relatório ressalta o encaminhamento, por 68 empresas, de 210 pedidos de Autorização Sanitária pela

Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) 327/19 desde 2020, com aprovação de 24 foram delas.

FUNDO

Projeto que extingue Taxa do Agro chega à Alego e deputados cobram agilidade na tramitação

Carlos Costa



Sessão na Alego discute projeto que extingue a “Taxa do Agro”; deputados defendem celeridade e votação deve ocorrer na próxima semana

Matéria teve pedido de vista na Comissão Mista e expectativa é que votação ocorra na próxima semana

Arthur Oliveira*

O projeto de lei do Executivo que extingue a chamada “Taxa do Agro” começou a tramitar oficialmente na última semana na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego). Protocolada sob o nº 2534/26, a proposta altera a Lei nº 21.671/2022, responsável por instituir a contribuição ao Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundefra), e promove uma reestruturação administrativa ao transferir para a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra) a titularidade e a gestão das obras vinculadas ao fundo.

A matéria foi lida em plenário na quarta-feira (25), marcando o início formal da tramitação legislativa, e seguiu para análise da Comissão Mista. No colegiado, o relator, deputado Cairo Salim (PSD), apresentou parecer favorável ao texto. No entanto, a votação foi suspensa após pedido de vista coletivo apresentado pelos parlamentares presentes. Com isso, a apreciação ficou interrompida pelo prazo regimental de 24 horas. A expectativa, segundo a presidência da Casa, é que o projeto seja votado em plenário até a próxima semana.

O presidente da Alego, deputado Bruno Peixoto (UB), defendeu em suas redes sociais a celeridade no andamento da proposta. “Acaba de chegar na Assembleia Legislativa o projeto que põe o fim à cobrança da taxa do agro. Estarei conversando com os deputados da base e da oposição para votarmos com celeridade”, afirmou. Em coletiva de imprensa realizada na quinta-feira (26), o parlamentar reforçou ainda que a intenção é concluir a votação até quarta-feira (4).

O envio do projeto ocorre dias após o governador Ronaldo Caiado (PSD) anunciar, em 18 de fevereiro, durante a sessão solene de abertura dos trabalhos legis-

lativos na própria Alego, que encaminharia ao Parlamento a proposta de extinção da contribuição. Na ocasião, o chefe do Executivo justificou a medida com base no atual cenário econômico enfrentado pelo setor produtivo, marcado pela elevação dos custos de produção, restrições de crédito, oscilações nos preços das commodities e impactos climáticos recentes que afetaram a produtividade rural.

Na mensagem enviada aos deputados, o Executivo sustenta que o contexto que motivou a criação da contribuição, em 2022, período de queda abrupta de arrecadação estadual, já não se mantém nas mesmas condições. Segundo o governo, a manutenção da cobrança tornou-se insustentável diante das dificuldades enfrentadas por produtores, inclusive aqueles em processo de recuperação judicial.

Dados apresentados na justificativa apontam que o Fundefra arrecadou mais de R\$ 3,1 bilhões entre 2023 e janeiro de 2026. Desse montante, aproximadamente 78% já foram formalizados em contratos e cerca de R\$1,27 bilhão foi efetivamente executado em obras de infraestrutura rodoviária, incluindo duplicações, pavi-

mentações, restaurações e construção de pontes e viadutos. O projeto assegura que os recursos remanescentes serão destinados exclusivamente à conclusão das obras aprovadas, agora sob gestão da Goinfra, a fim de evitar paralisações e prejuízos socioeconômicos.

Durante as discussões, o deputado Amauri Ribeiro (UB) subiu à tribuna para cobrar rapidez na tramitação. “A cada dia que essa taxa permanece em vigor, mais produtores continuam sujeitos ao seu pagamento. Portanto, a urgência na votação deste projeto é evidente”, declarou. Ele destacou que o fundo possui cerca de R\$ 2,3 bilhões em caixa e afirmou que a proposta revoga a cobrança, mas preserva o fundo para garantir a finalização das obras. “A extinção desta taxa é um objetivo há muito almejado”, pontuou.

Amauri também rebateu críticas da oposição e afirmou que a base governista tem defendido o fim da contribuição nos últimos anos. “Gostaríamos que essa taxa nunca tivesse sido instituída”, afirmou, acrescentando que, somente neste ano, já teriam sido pagos cerca de R\$ 51 milhões.

A deputada Bia de Lima (PT), por sua vez, declarou que

votará favoravelmente à extinção da cobrança e também ao projeto que cancela multas aplicadas a produtores rurais relacionadas à Guia de Trânsito Animal (GTA). “Fico contente em poder votar o fim da taxa do agro”, disse.

O deputado Gustavo Sebba (PSDB) apresentou voto em separado defendendo que os valores arrecadados e ainda não utilizados em obras sejam devolvidos aos produtores rurais. A proposta ampliou o debate na Comissão Mista e deve voltar à discussão nesta semana quando a matéria retornar à pauta.

Críticas mais contundentes vieram do deputado Delegado Eduardo Prado (PL), que classificou a contribuição como “inconstitucional” e afirmou que foram apresentadas representações ao Ministério Público questionando sua criação. Segundo ele, o Estado precisa de gestão eficiente e segurança jurídica para evitar medidas que gerem instabilidade ao setor produtivo.

Além do fim da contribuição, o projeto redefine a modelagem administrativa do Fundefra. A Goinfra passará a suceder a Secretaria de Estado da Economia na titularidade, gestão, execução, fiscalização e acompanhamen-

to dos contratos e projetos vinculados ao fundo. A transição deverá ocorrer com a formalização de termos aditivos, assegurando continuidade às obras já iniciadas.

Parlamentares da base governista defendem que a extinção da taxa terá impacto direto na renda do produtor rural. “O percentual cobrado reduz a margem de lucro e compromete a capacidade de reinvestimento. Com a extinção da cobrança, os valores permanecerão com o produtor, possibilitando novos investimentos e geração de empregos”, afirmou o presidente da Casa legislativa, Bruno Peixoto.

Após a superação do pedido de vista, o projeto deve retornar à Comissão Mista para deliberação final antes de seguir ao plenário, onde será votado em dois turnos. Caso aprovado, seguirá para sanção do governador. O setor agropecuário acompanha atentamente a tramitação, desde o anúncio feito por Caiado na abertura do ano legislativo, aguardando o desfecho que poderá marcar uma das principais decisões econômicas do Parlamento goiano neste início de ano.

*Arthur Oliveira é estagiário de jornalismo sob supervisão de Andréia Bahia.

ELEIÇÃO

Iristas históricos condenam saída de Ana Paula Rezende do MDB

Aliados do ex-governador Iris Rezende afirmam que decisão rompe com legado político e classificam movimento como erro estratégico

Da Redação

A saída de Ana Paula Rezende do MDB e sua filiação ao PL provocaram reação entre integrantes históricos da legenda e aliados próximos do ex-governador e ex-prefeito de Goiânia Iris Rezende. O anúncio, feito durante evento do Partido Liberal em Goiânia na semana passada, surpreendeu o meio político ao confirmar a filha de Iris como pré-candidata a vice-governadora na chapa do senador Wilder Moraes (PL), pré-candidato ao governo estadual. Para emedebistas ligados à trajetória do ex-governador, o movimento representa um rompimento com o legado político construído por ele ao longo de décadas.

Entre os iristas históricos, a reação foi imediata. Aliado de longa data de Iris, Paulo Ortugal afirmou ter ficado “estarecido” com a decisão. “Respeito sua decisão, embora entenda que ela despreza o partido que seu pai edificou e construiu toda sua vida política”, declarou à coluna Giro, de O Popular. Segundo ele, a lealdade partidária foi um valor



Ana Paula Rezende entre Wilder Moraes e Valdemar Costa Neto: rompimento recebeu críticas de emedebistas

“Meu papel é passar à frente as experiências que eu tive com meu pai de união, porque ele achava que se o partido não estiver unido, enfraquece. Ele pensava no MDB, que era o instrumento que ele tinha para ajudar as pessoas”

aprendido ao lado do ex-governador e seguirá orientando seu apoio ao projeto político liderado pelo governador Ronaldo Caiado (PSD) e pelo vice-governador Daniel Vilela (MDB), que assumirá o governo em abril e será candidato à reeleição.

A avaliação foi reforçada por Wilson Baleeiro Júnior, último secretário particular de Iris na prefeitura de Goiânia (2017-2020), que disse sentir “tristeza” e decepção diante do episódio. “Estou decepcionado com o que

está acontecendo, pois vai contra tudo que ele lutou, ensinou e construiu”, afirmou. Baleeiro lembrou que a aliança entre MDB e Caiado, que levou Daniel Vilela à vice-governadoria, foi “o último ato político” de Iris, destacando que o ex-governador priorizava decisões coletivas e acordos partidários.

Ex-presidente do MDB Metropolitano e ex-vice-prefeito de Goiânia, Agenor Mariano avaliou que a saída de Ana Paula foi uma escolha indivi-

dual, sem respaldo interno. Para ele, o legado de Iris “pertence ao partido e ao conjunto dos emedebistas, e não a uma única pessoa”. Agenor afirmou ainda que não houve articulação interna para apresentação de um projeto eleitoral e classificou a mudança como uma decisão pessoal que contrasta com o estilo político do ex-governador, marcado pelo diálogo e pela construção coletiva.

Ex-prefeito e atual secretário de infraestrutura do Estado, Adib Elias afirmou que Ana Paula utiliza o patrimônio político deixado pelo pai, que certamente estaria “contrariado” com a decisão “exatamente porque ela tomou a medida sem falar com ninguém”. “Não quero desabonar o nome dela, mas não levou nenhum emedebista com ela. Na verdade, o governo é muito forte. São 220 prefeituras. São mais de 2 mil vereadores que apoiam o Daniel Vilela e com certeza isso aí não vai dar a

repercussão que pensaram que daria”, concluiu.

As críticas também vieram de fora do MDB. O deputado federal José Nelto (União Brasil), que participou de campanhas ao lado de Iris desde a juventude, lembrou uma frase atribuída ao ex-governador ao comentar o episódio: “Quem começa traindo em política tem voo de pato”. Na avaliação do parlamentar, o MDB foi central na trajetória política da família Rezende e a mudança partidária não vai alterar o cenário eleitoral em Goiás, onde o vice-governador Daniel Vilela é apontado como favorito à disputa ao governo em 2026.

MDB E CAIADO

Diante da surpresa do anúncio de Ana Paula Rezende de deixar o MDB e se filiar ao PL, o vice-governador Daniel Vilela lembrou que toda a articulação que levou o MDB à base de apoio do governador Ronaldo Caiado foi liderada por Iris. Após encerrar seu mandato de prefeito e se aposentar, no início de 2021 Iris articulou a aliança de seu partido com Caiado, que tentaria a reeleição no ano seguinte.

“Esse momento da candidatura do nosso partido este ano foi construído pelo Iris, quando me chamou no seu escritório e disse que eu deveria ser candidato a vice. Foi ele quem construiu e quem determinou, pelo entendimento e pela experiência dele, que nós deveríamos estabelecer uma aliança com o governador Caiado, também já pensando no futuro do partido e alcançar a condição de governar Goiás”, explicou Daniel Vilela ao Popular.

Filha de Iris recusou insistentes convites de Caiado para disputar prefeitura em 2024

Em 2024, o governador Ronaldo Caiado se empenhou pessoalmente para que Ana Paula Rezende fosse candidata a prefeita de Goiânia. O governador chegou a encomendar pesquisas para avaliar o potencial do nome da filha de Iris diante de outros nomes da base governista. Na última negativa, em março, Ana Paula agradeceu a confiança do governador, mas declinou do convite. “Fiquei muito honrada e envaidecida”, declarou em março de 2024.

Na ocasião, Ana Paula che-

gou a ficar balançada com o convite, diante da insistência do governador e do enorme respaldo oferecido por ele para que ela concorresse. A filha de Iris demonstrava também estar em sintonia com o vice-governador Daniel Vilela, que também havia insistido para que fosse candidata em Goiânia. “Daniel tem sido muito, muito presente, muito amigo”. Apesar da negativa, ela celebrava o ambiente de união no MDB.

“Vejo o MDB mais unido.

Meu papel é passar à frente as experiências que eu tive com meu pai de união, porque meu pai achava que se o partido não estiver unido ele enfraquece. Ele pensava no MDB, que era o instrumento que ele tinha para ajudar as pessoas”, dizia à época.

Depois de descartar todos os convites para ser candidata nas eleições municipais de 2024, Ana Paula seguiu mantendo uma dúvida sobre sua disposição de ser o caminho dos pais e disputar uma eleição. Somente

em dezembro de 2025, repentinamente, anunciou, que gostaria de ser candidata ao Senado Federal, contrariando declarações anteriores sobre a responsabilidade de iniciar sua trajetória em um posto elevado — ela chegou a avaliar ser candidata a vereadora.

Em um encontro na capital, o anúncio da pré-candidatura da filha de Iris foi recebido no meio político com surpresa, mas diversos incentivos de levar seu projeto adiante com o crivo do partido, das

lideranças e dos aliados — mesmo diante de um quadro de alianças e composições já muito avançado. No palanque, ao lado de Ana Paula, Daniel Vilela celebrou sua decisão de disputar uma eleição. Desde então, porém, Ana Paula não realizou qualquer movimento para consolidar seu projeto eleitoral. Dois meses depois, simplesmente anunciou a troca de partido, com guinada para a extrema-direita, alegando falta de espaço para seu projeto eleitoral.

LIMPA GYN

Contrato da coleta de lixo e serviços mecanizados cresce 14,2% em Goiânia

Divulgação



Concessionária é responsável pela coleta e outras demandas de zeladoria, como varrição mecanizada

Previstas em contrato, correções inflacionárias ampliam em R\$ 66 milhões o custo da coleta de lixo e recicláveis, varrição mecanizada, remoção de entulho e “cata-treco”

Lucas de Godoi

O contrato do Consórcio Limpa Gyn para a coleta de lixo e parte dos serviços de limpeza urbana de Goiânia acumula aumento estimado de 14,2% desde sua assinatura, em março de 2024, devido a três alterações contratuais. O reajuste mais recente foi autorizado por meio do terceiro termo aditivo, publicado nesta quinta-feira (26), que aplica a recomposição inflacionária de 5,32% pelo IPCA.

Com as atualizações, o custo do serviço deve alcançar cerca de R\$ 537 milhões pelos próximos 12 meses, ante os R\$ 470,3 milhões originalmente contratados pela administração do ex-prefeito Rogério Cruz (SD).

O percentual de 14,2% decorre das três alterações feitas no contrato da concessionária de limpeza urbana. Assinado em março de 2024 por R\$ 470,3 milhões, o acordo recebeu um primeiro aditivo de R\$ 13,8 milhões para reprogramação de custos em dezembro daquele ano. Em 2025, um segundo termo

repactuou os salários dos coletores, com impacto de R\$ 8,9 milhões, e fixou o valor global em R\$ 509,9 milhões.

Agora, o terceiro termo aplica a reposição inflacionária de 5,32% pelo IPCA sobre esse montante, acrescentando cerca de R\$ 27 milhões e elevando o custo estimado para R\$ 537 milhões. As correções inflacionárias e salariais estão previstas no contrato, que abarca a coleta de lixo e recicláveis, varrição mecanizada, remoção de entulho e “cata-treco”.

Além deste, a Prefeitura de Goiânia mantém outro contrato com a Comurg para a execução de serviços distin-

tos, como poda de árvore e grama, varrição manual, manutenção de praças e outros itens. O contrato com a empresa subiu para R\$ 621,5 milhões em 2026.

CEI DESCARTA IRREGULARIDADES

No ano passado, o contrato com o Consórcio Limpa Gyn foi alvo de disputa política entre vereadores e o Paço Municipal, com a instauração da Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Limpeza Urbana. À época, a Tribuna do Planalto mostrou que a investigação foi articulada em meio às críticas da população à qualidade do serviço e a pressões

por maior transparência na execução contratual.

O relatório final, porém, não apontou irregularidades ou desvios de recursos, limitando-se a recomendar melhorias na fiscalização, na pesagem dos resíduos e na divulgação de informações operacionais. Nesta quinta-feira (26), antes da publicação do terceiro termo aditivo, a Mesa Diretora da Câmara encerrou a tramitação do processo no Legislativo municipal.

Quando a CEI foi anunciada, parlamentares chegaram a apontar que a investigação poderia atrapalhar a renovação do contrato, o que foi refu-

tado à época pelo diretor executivo do Consórcio Limpa Gyn, Renan Andrade, em entrevista à Tribuna. “Nenhum temor. O consórcio vem fazendo um trabalho de excelência. Uma coisa não tem relação com a outra”, afirmou.

Antes crítico da qualidade da limpeza urbana, o prefeito Sandro Mabel (UB) passou, após as eleições, a adotar tom mais favorável à atuação do consórcio, destacando avanços operacionais após ações de fiscalização da Prefeitura, como a implantação de um sistema de monitoramento dos caminhões de coleta. Em evento recente, realizado em uma escola da capital com participação da empresa, Mabel afirmou que o serviço “tem melhorado”.

Em nota à imprensa, o Consórcio Limpa Gyn afirmou, após a finalização das investigações do Poder Legislativo, que “o relatório final da CEI atesta, de forma inequívoca, a total lisura do contrato, evidenciando a austeridade e a transparência dos procedimentos adotados pelo Consórcio” e destaca que não foi identificado “qualquer indício de desvio de recursos públicos ou má-fé na condução de suas atividades”.

Procurada para comentar, a empresa não respondeu até o fechamento desta edição.

SAIBA MAIS

Evolução do contrato com o Consórcio Limpa Gyn

Etapa	Data	Tipo de alteração	Motivo	Valor acrescido	Valor global estimado
Contrato original	mar/2024	Assinatura	Prestação dos serviços de limpeza urbana	—	R\$ 470.332.577
1º Termo Aditivo	dez/2024	Reprogramação de custos	Ajustes operacionais da planilha	+ R\$ 13.821.040	R\$ 484.153.617
2º Termo Aditivo	mai/2025	Repactuação salarial	Convenção coletiva dos coletores	+ R\$ 8.993.910*	R\$ 509.954.754
3º Termo Aditivo	fev/2026	Reajuste inflacionário (IPCA 5,32%)	Recomposição inflacionária prevista em contrato	+ R\$ 27,1 milhões	R\$ 537,1 milhões

* O 2º aditivo reprogramou a planilha e fixou novo valor global do contrato. (Fonte Prefeitura de Goiânia)

Comurg amplia escopo de atuação e avança em novo contrato

Enquanto o contrato da limpeza urbana com o Consórcio Limpa Gyn passa por reajustes, a Prefeitura de Goiânia também redesenha o papel da Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg) no sistema de limpeza e manutenção urbana. O contrato vigente com a estatal foi elevado para cerca de R\$ 621,5 milhões anuais, após atualização inflacionária apli-

cada em 2026, frente aos R\$ 595,2 milhões fixados na renovação realizada em outubro de 2025.

Ao mesmo tempo, a Companhia e o Paço discutem a minuta do novo contrato, que deverá contemplar dezenas de serviços que hoje não fazem parte do rol do contrato. Inclusive, nos bastidores mencionam a inclusão de coleta de lixo e remoção de entulhos, atual-

mente sob a responsabilidade do consórcio contratado. Apesar de não haver previsão de alteração da responsabilidade destas atividades, o documento abrangeria as demandas para eventual necessidade futura.

O novo instrumento poderá contemplar até 56 tipos de serviços, ante 35 previstos atualmente, incluindo manutenção urbana ampliada, administração do aterro

sanitário e execução de obras e serviços diversos na cidade.

Em declarações à imprensa, o prefeito Sandro Mabel (UB) sustentou que o redesenho da Companhia busca corrigir distorções históricas na medição e remuneração dos serviços, afirmando que atividades antes executadas sem cobrança adequada contribuíram para o desequilíbrio financeiro da estatal. Segundo ele, a nova metodo-

logia prevê medições mais precisas e pagamento vinculado à execução efetiva.

A Tribuna do Planalto solicitou esclarecimentos à Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana (Seinfra) sobre o custo atualizado dos serviços de limpeza urbana e o andamento da renovação do contrato com a Comurg, mas não houve resposta até o fechamento desta edição.

ANÁPOLIS

Estudantes com uniforme, mas sem professora

Karoline Alessandra de Sousa Moraes

Pais denunciam ausência de docentes no 2º ano da Escola Maria Elizabeth Camelo Lisboa enquanto Prefeitura divulga entrega de kits e materiais na rede municipal



Escola Municipal Maria Elizabeth Camelo Lisboa, no Conjunto Filostro, em Anápolis

Carlos Nathan Sampaio

Enquanto a Prefeitura de Anápolis divulga sucessivas etapas de entrega de uniformes e kits escolares para alunos da rede municipal, uma realidade bem diferente é vivida por pais e estudantes da Escola Municipal Maria Elizabeth Camelo Lisboa, no Conjunto Filostro. Ali, crianças do 2º ano A do período vespertino estão sem uma professora desde o primeiro dia de aula.

A denúncia é da auxiliar administrativa Karoline Alessandra de Sousa Moraes, mãe de um dos 21 alunos matriculados na turma. Segundo ela, antes mesmo do início do ano letivo já se sabia que a docente designada estaria afastada por licença médica. Ainda assim, as aulas começaram sem substituta definida. Desde então, a coordenadora da escola vem assumindo a sala, acumulando funções e tentando minimizar o prejuízo pedagógico. Mas, sem condições de manter o turno completo, o horário foi reduzido: as crianças entram às 13h e saem às 15h.

A mudança impactou diretamente a frequência. Dos 21 matriculados, apenas 12 ou 13 têm comparecido com regularidade. Muitos pais trabalham longe, dependem de transporte coletivo ou não têm com quem deixar os filhos nesse intervalo reduzido. Há relatos de responsáveis que praticamente permanecem na porta da escola aguardando o horário de saída, porque não com-

pensa voltar para casa.

O problema ganha contornos ainda mais graves porque os alunos estão em fase de alfabetização. Segundo a mãe, há crianças que ainda não sabem ler nem escrever, enquanto outras já apresentam desenvolvimento mais avançado. “Eles estão como se fosse uma repescagem do primeiro ano. Tem criança que precisa de atenção individualizada. Como isso vai acontecer sem professora fixa?”, questiona.

Mesmo diante desse cenário, a turma precisou enfrentar uma semana de avaliação do primeiro bimestre, o Prepara Anápolis, que pede que os alunos estudem todo conteúdo já repassado. Neste caso, o aborrecimento dos pais é ainda maior, pois como os filhos podem se preparar para uma semana de teste se não há sequer uma professora? Com carga horária reduzida e sem docente titular, o processo avaliativo se torna mais um símbolo da desorganização do que um instrumento real de acompanhamento pedagógico.

Duas semanas após o início das aulas, a direção convocou reunião específica com os pais do 2º ano A. Apenas seis compareceram. A baixa presença, segundo Karoline, não significa desinteresse, mas dificuldade logística. Foi informado que a Secretaria Municipal de Educação abriria processo seletivo para contratação de professor substituto. No entanto, não houve defini-

ção de prazo.

A incerteza preocupa. Em 2025, segundo relatos, situação semelhante ocorreu e a substituição demorou cerca de seis meses para se concretizar, com a nova professora chegando apenas no segundo bimestre. O temor é que o histórico se repita. “E se esse processo terminar no meio do ano? Até lá as crianças vão continuar entrando às 13h e saindo às 15h?”, questiona a mãe.

Outro ponto que gerou indignação foi a comunicação truncada. De acordo com os pais, ao entrarem em contato com a Secretaria, ouviram inicialmente que o órgão não tinha conhecimento da falta de professor. A direção da escola, por sua vez, afirma que a situação foi informada. Dias depois, segundo relato, a unidade recebeu mensagem perguntando se havia déficit de docentes — como se o problema ainda estivesse sendo confirmado.

A alternativa de redistribuir os 21 alunos em outras turmas chegou a ser cogitada, mas foi rejeitada pelos próprios pais. A medida, segundo eles, iria sobrecarregar professores já responsáveis por salas cheias, prejudicando ainda mais o processo de alfabetização.

Enquanto isso, a administração municipal intensifica a divulgação da entrega de uniformes — compostos por duas camisetas, bermuda ou short-saia e calça — e de kits com cadernos, lápis, cola,

tinta guache, massa de modelar e outros materiais. A comunicação institucional enfatiza igualdade, pertencimento e dignidade. Na prática, os pais afirmam que o material do ensino fundamental não foi entregue integralmente no primeiro dia de aula, como anunciado, e que os uniformes da turma em questão ainda não chegaram ou não foram distribuídos.

A crítica dos responsáveis não é à política de fornecimento de material, mas à prioridade. Para eles, a gestão municipal parece mais empenhada em divulgar imagens de alunos uniformizados do que em garantir professores em sala de aula. “Não adianta falar que todo mundo está uniformizado se não tem quem ensine”, resume Karoline.

Ela relata que já buscou ajuda nas redes sociais, entrou em contato com representantes políticos e tentou mobilizar outros pais para cobrar solução diretamente na Secretaria. Muitos, segundo ela, têm receio de se expor. Outros simplesmente não conseguem tempo para se deslocar até o centro administrativo.

O caso da Escola Maria Elizabeth Camelo Lisboa evidencia um descompasso entre discurso e prática. A educação pública não se sustenta apenas com kit escolar e uniforme padronizado. A base do processo é o professor — especialmente no ciclo de alfabetização, etapa decisiva para toda a trajetória

escolar.

Sem docente titular, com carga horária reduzida, evasão crescente e avaliações acontecendo em meio à improvisação, pais e alunos permanecem desassistidos. A reportagem do Tribuna de Anápolis entrou em contato com a Prefeitura de Anápolis para esclarecimentos sobre a falta de professores, o prazo para contratação e a situação específica da Escola Maria Elizabeth Camelo Lisboa, e, em resposta, a gestão informou que a Secretaria Municipal de Educação esclareceu e confirmou que, referente à turma do 2º ano A, turno vespertino, da escola decorre de afastamento legal da professora titular por licença médica, conforme previsto na legislação vigente.

“Desde a formalização do afastamento, a gestão escolar reorganizou o atendimento pedagógico da turma, garantindo a continuidade das atividades, o cumprimento da carga horária e o direito à aprendizagem dos estudantes, sem interrupção do processo educacional. A Secretaria já adotou todas as providências administrativas necessárias para a designação de professor substituto, medida que será efetivada conforme os trâmites legais e administrativos da Rede Municipal”, consta na nota enviada. Ou seja, nenhum prazo para a solução do problema foi dado e, enquanto isso, pais e alunos permanecem à espera de uma solução concreta.



Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

Com futebol de baixo nível, Goiás e Atlético avançam na Copa do Brasil

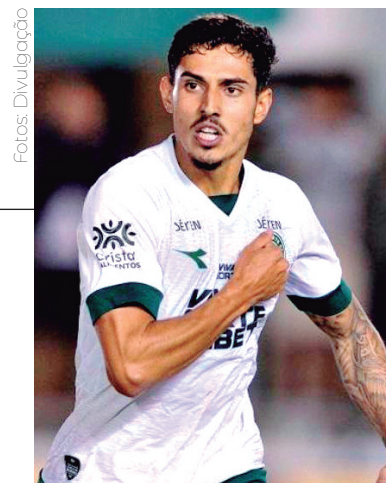
Mesmo jogando mal mais uma vez, o Goiás venceu o Gama nos pênaltis e avançou para a terceira fase da Copa do Brasil. No tempo regulamentar, o jogo terminou empatado em 2 a 2 e nos pênaltis, o Goiás venceu por 5 a 4. O alviverde mais uma vez não fez uma boa partida. O time não se acertou, Daniel Paulista

fez várias alterações, mas não conseguiu fazer o time se encontrar em campo. Esli Garcia, que não vinha sendo aproveitado, entrou bem e ajudou o Goiás a reagir, levando a equipe a empatar a partida e decidir a vaga nas penalidades. A vitória nas penalidades garantiu ao Goiás a premiação no

valor de R\$ 1,53 milhão.

Anselmo Ramon abriu o placar em favor do Goiás, enquanto Ramon e David Lucas marcaram para a virada do Gama. No final do segundo tempo, Cadu deixou tudo igual e levou a decisão para as penalidades. O time comandado por Daniel Paulista está caindo de produção, resta saber a

causa. O Goiás será mandante na terceira fase, mas o adversário ainda será conhecido no confronto entre Trem-PA e Fluminense-PI. O próximo jogo do Goiás na Copa do Brasil será disputado entre os dias 11 e 12 de março na Serrinha. A inexplicável queda de produção do Goiás pode levá-lo a perder o título



Fotos: Divulgação
Cadu marca seu primeiro gol com a camisa do Goiás

estadual mais uma vez. Se acontecer, será o primeiro fracasso do clube na temporada.

Jogo ruim no Accioly

O Atlético continua oscilando no início de 2026. Depois de vencer o Vila Nova do último final de semana, apresentando um futebol de alta qualidade, o time sofreu para se classificar na Copa do Brasil contra o limitadíssimo Primavera-MT, time que inclusive foi rebaixado para a segunda divisão do futebol do Mato Grosso. O técnico Rafael Lacerda reconheceu o fraco desempenho do time atleticano, mas disse que o importante era a classificação e a cota de R\$ 1,53 milhão que o clube vai receber por ter avançado para a terceira fase da competição.

Um dos motivos do baixo desempenho do time atleticano,

certamente foi o cansaço dos jogadores e a preocupação com o jogo de volta das semifinais do campeonato goiano. Atletas e comissão técnica estão com o pensamento ligado na decisão contra o Vila Nova, por isto, o time teve um desempenho tão ruim contra o Primavera-MT, avaliou o treinador Rafael Lacerda. O gol do Atlético Goianiense foi marcado pelo meia Guilherme Marques, que já soma quatro gols depois de sua chegada ao Dragão. O zagueiro Adriano Martins foi expulso quando faltavam apenas 30 segundos para o fim do jogo. Rafael Lacerda confirmou que Tito será o substituto de Adriano para a próxima fase da

Copa do Brasil.

Adson Batista promete um time diferente no clássico contra o Vila Nova. Segundo ele, o Atlético não gosta de jogos com times sem expressão como o Primavera-MT. Contra o Vila a equipe tem que ter outra postura, jogar com vontade, com garra, buscando a vitória. "Essa oscilação precisa acabar. O Atlético tem que encontrar um padrão de jogo e colocá-lo em prática em todas as competições, em qualquer jogo. Por pouco, não acontece uma "tragédia" contra o Primavera, time rebaixado para a segunda divisão do futebol do Mato Grosso", concluiu o presidente atleticano.



Agora é no OBA. Atlético tem ampla vantagem

ANÁPOLIS CLASSIFICADO

Ao derrotar o Cianorte pelo placar de 3 a 1 na noite da última quarta-feira no Jonas Duarte, o Anápolis avança à terceira fase da Copa do Brasil e garante mais R\$ 950 mil em premiação. O tricolor anapolino já tinha faturado R\$ 830 mil pela participação na segunda fase. Matheus Laguna, duas

vezes, e Gustavo Henrique marcaram para o time de Anápolis, enquanto Wagner Manaus diminuiu para o Cianorte do Paraná. Na próxima fase da Copa do Brasil, o tricolor da Manchester vai enfrentar o vencedor do confronto entre Desportiva Ferroviária-ES e Sport, partida que será disputada no dia 5 de março.

Queda de produção preocupa diretoria e torcedores

Inexplicavelmente, a queda de produção do Goiás pode comprometer os objetivos propostos para a temporada de 2026. O ano mal começou, as equipes ainda buscam as melhores formações e o Goiás, na contramão, aparenta entrar em sua primeira crise técnica, jogando um futebol ruim nas últimas partidas do campeonato goiano e no primeiro jogo disputado contra o Gama pela Copa do Brasil.

O clube esmeraldino começou o campeonato goiano deixando a impressão de que venceria a competição sem maiores dificuldades. Com a melhor defesa do campeonato, um meio de campo consistente e criativo e o ataque marcando os gols que a equipe precisava, o Goiás não encontrava adversários para lhe fazer frente no campeonato estadual. De repente, sem

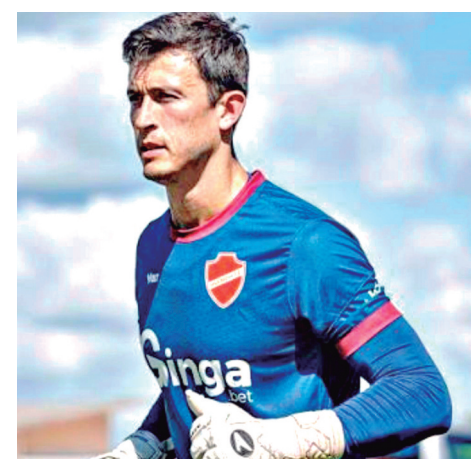
maiores explicações, o time passou a cair de produção em jogos teoricamente mais fáceis, como foi o caso da última partida contra a Anapolina, em que o time começou arrasando o adversário e por pouco não perde a partida.

Contra o Gama, no Distrito Federal, as dificuldades foram ainda maiores. O alviverde goiano saiu na frente e mais uma vez deixou o adversário reagir, o Gama virou o marcador e por pouco não elimina o Goiás na segunda fase da Copa do Brasil. O que se percebe é que o técnico Daniel Paulista não está conseguindo tirar do grupo de jogadores o que eles podem oferecer de melhor. O treinador também não está fazendo a leitura correta dos jogos, demora a fazer substituições e quando faz, não consegue alterar o panorama dos jogos.

Por que o goleiro Airton não se firmou no Vila Nova

Airton é um bom goleiro. Aos 31 anos, veio do Novorizontino, onde em 2025 disputou 33 dos 38 jogos do clube na série B, chegando ao Vila com favoritismo para ser titular. Tanto que o Vila emprestou o goleiro Halls, para o Sport Recife. Airton iniciou a temporada de 2026 jogando, mas logo começou a ser criticado por falhas individuais. Seu último jogo foi o empate em 2 a 2 diante do Anápolis na volta das quartas de final do campeonato goiano.

Já na ida da semifinal contra o Atlético-GO, o goleiro foi barrado e deu lugar a Dalberson, que assumiu a condição de titular, mas também não transmite confiança ao elenco, aos torcedores e à comissão técnica. No Vila Nova, Airton sempre foi um goleiro inseguro, falhando em bolas defensáveis, sempre saindo de campo sob vaias da torcida. O ambiente no clube



Goleiro Airton deixa o Vila

ficou insustentável. É hora de sair. Por isso a Diretoria decidiu emprestá-lo e ir ao mercado em busca de um substituto para chegar e ser titular do Vila Nova. O colorado não quer mais um goleiro, quer um nome respeitado no futebol brasileiro, para vestir a camisa titular da equipe.

- ✓ Em sua rotineira entrevista após as partidas do Atlético, o dirigente afirmou que "nem treino é tão ruim quanto o futebol apresentado pelo rubro-negro na partida contra o Primavera-MT.
- ✓ Adson afirmou que o Atlético não gosta de jogos com times de baixo nível técnico. Prefere as grandes partidas, como o clássico do próximo domingo contra o Vila Nova no OBA. O dirigente garantiu

- que o Atlético já contratou quatro jogadores para reforçar o elenco.
- ✓ Daniel Paulista demonstrou preocupação com o número de gols sofridos pelo Goiás nos últimos jogos. Nas oito primeiras rodadas do campeonato goiano o time esmeraldino tinha sofrido apenas um gol. Nos últimos quatro jogos, incluindo a partida contra o Gama, o time sofreu seis gols.

- ✓ O técnico Umberto Louzer, do Vila Nova, já não tem a confiança do torcedor vilanovense. Para a série B do campeonato brasileiro a diretoria do Vila deverá contratar outro profissional para chegar e motivar o elenco em busca da sonhada vaga para a série A.
- ✓ No Atlético, a situação de Rafael Lacerda não é muito diferente. Se o clube perder o título do

- campeonato goiano certamente o treinador será substituído. Adson Batista não tem gostado nada da oscilação do time no início da temporada.
- ✓ A diretoria do Goiás está no mercado em busca de um atacante que tenha facilidade de atuar pelas pontas, para substituir Jajá, que foi negociado para o Clube do Remo. Romarinho, ex-Sport Recife, é a bola da vez.

ESCOLA

REFORÇO

Tutores educacionais ganham centralidade na política de recomposição das aprendizagens em Goiás

Formação da Seduc-GO alinha monitoramento pedagógico e apoio aos gestores escolares para consolidar o plano de ação por alavancas e estruturar o planejamento da rede estadual para 2026

Dhayane Marques

Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc-GO) reuniu, entre os dias 24 e 26 de fevereiro, mais de 1.300 gestores escolares, tutores educacionais, assessores pedagógicos e equipes técnicas no 8º Encontro Formativo de Gestores Escolares, realizado no Centro de Convenções de Goiânia. A formação teve como eixo o fortalecimento do papel dos tutores e dos assessores pedagógicos na implementação da Política de Recomposição e Ampliação das Aprendizagens, considerada estratégica para o planejamento pedagógico da rede estadual em 2026.

O encontro teve como finalidade pactuar as atribuições dos tutores no apoio direto aos diretores escolares e alinhar os instrumentos de acompanhamento e monitoramento ao novo modelo do Plano de Ação por Alavancas. A proposta busca assegurar coerência entre planejamento, execução e avaliação das ações pedagógicas, com uso sistemático de dados educacionais e definição objetiva de responsabilidades entre Secretaria, regionais e escolas.

No segundo dia da programação, o debate se concentrou nos Instrumentos de Acompanhamento e Monitoramento da política de recomposição. A orientação apresentada aponta para a consolidação de uma política pública traduzida em

práticas pedagógicas consistentes nas unidades escolares, com foco na priorização das habilidades essenciais, na redução das desigualdades de aprendizagem e no fortalecimento do acompanhamento pedagógico.

Para Marlon Marcelo, gestor de Implementação de Programas e Projetos Educacionais do Instituto Unibanco, o monitoramento constitui ferramenta decisiva para a gestão escolar. "Esse trabalho precisa ocorrer de forma contínua para orientar decisões e promover melhorias dentro das escolas", afirmou. Segundo ele, o acompanhamento não se limita à identificação de falhas, mas também ao fortalecimento das ações em curso. "Cada escola possui desafios próprios e essa realidade precisa ser considerada."

O especialista destacou que o tutor educacional ocupa posição central na efetividade da política de recomposição. "É imprescindível que tutores e Apeds identifiquem rapidamente os gargalos existentes no ambiente escolar e apontem rotas antes que os problemas ganhem dimensão capaz de comprometer o trabalho pedagógico", acrescentou. Para ele, devolutivas objetivas às escolas tornam o acompanhamento mais eficiente.

A política apresentada durante o encontro organiza-se em sete alavancas estratégicas, que articulam governança com papéis definidos, formação continuada alinhada ao currículo, mobilização da

Instituto Unibanco



Formação reforça o papel dos tutores educacionais como elo entre a política pública e a prática pedagógica das escolas da rede estadual

comunidade escolar, uso sistemático de avaliações, leitura estruturada de dados, priorização das habilidades essenciais e acompanhamento pedagógico contínuo. O modelo busca consolidar uma cultura de decisão baseada em evidências e fortalecer a articulação entre as instâncias administrativas e pedagógicas da rede.

A diretora de Política Educacional da Seduc-GO, Vanessa de Almeida Carvalho, e a diretora pedagógica, Alessandra de Almeida, detalharam a conexão entre planejamento central, regionais e escolas. Segundo as gestoras, a recomposição das aprendizagens exige método, clareza de fluxos e definição de responsabilidades para assegurar consistência à execução das ações pedagógicas.

Após as exposições, os participantes organizaram-se em grupos de trabalho para discutir estratégias de implementação e adaptar as diretrizes às realidades locais. Diretores, tutores e assessores pedagógicos iniciaram a construção conjunta dos planos de ação para 2026, com definição de prioridades pedagógicas e organização das rotinas de monitoramento.

Durante o encontro, a gerente de Implementação de Programas e Projetos Educacionais do Instituto Unibanco, Mirela de Carvalho, ressaltou a importância do alinhamento institucional. "Nosso foco é garantir que as diretrizes definidas na Secretaria cheguem às regionais e às escolas com clareza quanto às responsabilidades de cada instância. Esse alinhamento permite que a política pública se converta em aprendizagem para os estudantes", afirmou.

No primeiro dia do evento, a secretária de Educação, Fátima Gavioli, destacou o trabalho das equipes pedagógicas da rede estadual. "Temos uma equipe dedicada e determinada, e é com esse esforço coletivo que estruturamos uma educação cada vez mais consistente", declarou.

A programação incluiu conferência sobre monitoramento da implementação, atividades práticas, estudos de caso e pactuação de metas para 2026. A estratégia prevê devolutivas sistemáticas às escolas e acompanhamento permanente, o que torna a rede mais responsiva às necessidades pedagógicas identificadas.

Com metas compartilhadas, definição clara de responsabilidades e foco na equidade, a

Seduc-GO inicia o planejamento de 2026 com uma política estruturada para garantir que todos os estudantes avancem em sua trajetória escolar, com redução das lacunas de aprendizagem e fortalecimento da gestão pedagógica.

PARCERIA ENTRE SEDUC-GO E INSTITUTO UNIBANCO FORTALECE A GESTÃO ESCOLAR

A política de recomposição e ampliação das aprendizagens integra a parceria entre a Secretaria de Estado da Educação de Goiás e o Instituto Unibanco, por meio do programa Jovem de Futuro. A iniciativa fortalece a gestão escolar no Ensino Médio, com foco na melhoria da aprendizagem, na redução da evasão e na promoção da equidade.

O programa adota a metodologia do Circuito de Gestão, que conecta Secretaria, regionais e escolas em um sistema contínuo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação. A atual etapa da parceria amplia o uso de evidências para orientar decisões pedagógicas e consolida a atuação dos tutores educacionais como elo estratégico entre a política pública e a prática escolar.

METAS

193 municípios colocam Goiás entre os líderes da alfabetização no Brasil

A Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc-GO) promoveu, na última quinta-feira (26), a cerimônia de entrega do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização (CNCA) 2025, reunindo 244 prefeitos de municípios goianos reconhecidos pelo desempenho das redes municipais no cumprimento das metas de alfabetização. Do

total de cidades premiadas, 193 receberam o Selo Ouro, 49 o Selo Prata e duas o Selo Bronze, consolidando Goiás entre os estados com maior número de redes certificadas no país.

A solenidade contou com a participação de prefeitos, secretários municipais de Educação e representantes da União Nacional dos Dirigentes

Municipais de Educação (Undime), da Associação Goiana de Municípios (AGM) e da Federação Goiana de Municípios (FGM), reforçando o regime de colaboração entre estado e municípios na consolidação das políticas públicas educacionais. A superintendente de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Seduc-GO,

Fátima Rossi, destacou o esforço coletivo das redes municipais. "As premiações demonstram que as crianças estão sendo alfabetizadas na idade adequada. Há trabalho consistente e o empenho de muitos educadores por trás desses resultados", afirmou.

O Selo CNCA é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC)

e integra o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. A certificação reconhece estados e municípios que adotam práticas pedagógicas eficazes para assegurar a alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, além de fortalecer políticas educacionais e contribuir para a redução das desigualdades de aprendizagem.